

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 206.ª Sessão Ordinária
Realizada em 9 de Novembro de 1971 - (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone, Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Bersari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga, Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lazaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Paulo Camargo, Santos Lima e Wilson Brandão (42); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Cândido Martins de Oliveira, João Mansur, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal porque, segundo me consta, não há número legal para a abertura da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. A Mesa designa o Sr. 1.º Secretário para fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Estão presentes na Casa 29 Srs. Deputados. Há número para o prosseguimento da sessão.

Antes porém, de prosseguirmos, queremos registrar com bastante satisfação, como membros deste Poder, a visita a esta Casa do ilustre Senador da República, Acadêmico Guido Mondin. Convidoo a sentar-se junto a esta Presidência.

Esta Presidência, convida o nobre deputado Antônio Lopes Jr. para saudar o ilustre visitante, Senador Guido Mondin.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senador Guido Mondin.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebe, com imensa satisfação neste Plenário, um dos mais legítimos representantes do povo brasileiro, o Senador Guido Mondin. S. Exa., que representa o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado mais politizado do Brasil, aonde um povo sabe guardar as suas tradições, é, no Senado, um modelo vivo de parlamentar. A sua palavra afluente sempre de acôrdo principalmente com os ensinamentos de Cristo, está coerente com a sua atividade, dentro daquele velho princípio de que o maior de todos os discursos é o exemplo.

S. Exa., o Senador Guido Mondin, dá ao cotidiano, dentro do dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, o exemplo mais edificante de todos aqueles que querem, verdadeiramente, amar a Deus e servir à Pátria. A S. Exa. o Senador Guido Mondin, a saudação do povo paranaense, através dos seus representantes aqui na Assembléia Legislativa.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com muita honra, passaremos a ouvir a palavra do Senador Guido Mondin, para agradecer a deferência feita pelo nobre Deputado Antônio Lopes Jr.. Está com a palavra o Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de fazer este agradecimento, indaguei do Sr. Presidente, se eram costumes da Assembléia Legislativa do Paraná, que assim procedesse, embora em eventual visita, após uma saudação.

Como me foi permitido, não quero perder a oportunidade para dizer que, há anos atrás, aqui passando, com o Congresso Nacional fechado, mas a Assembléia funcionando, eu tive um desabafo. Eis que estava há dez meses sem poder falar, e eu não podia perder aquela oportunidade assim lembrando, quero agradecer as amáveis palavras que me foram dirigidas pelo Sr. Deputado Antônio Lopes Jr.. Meus prezadíssimos colegas, minha visita é acidental, mas onde há um parlamentar funcionando é evidente que a um parlamentar a visita há de fazer bem. É o que me está acontecendo. Cheguei a Curitiba para uma reunião, e eu serei breve, que realizaremos hoje à noite e sobre a qual eu me permito, peço licença para fazer um anúncio, é que nós temos de Brasília deflagrado, há alguns anos, um movimento que se iniciou no meio parlamentar e que se denomina "Liderança Cristã". Nós resolvemos, diante do muito que nós políticos, nós parlamentares sofremos, uma errônea interpretação da mais nobre das atividades do homem, que é a política, nós resolvemos deflagrar este movimento precisamente no meio parlamentar, para mostrar que nós os parlamentares não esquecemos nas nossas atividades que há de ser sempre no Evangelho que encontraremos o exemplo, o manancial para impulsionar a nossa atividade legislativa e iniciamos este movimento dentro do próprio Congresso Nacional. Os o ampliamos no sentido de colher todas as lições, todos os movimentos, por isso me encontro hoje em Curitiba, sabendo que meus companheiros deste movimento, e eles estão aqui dentro desta Assembléia, também, promoveram esta reunião e, foram felizes. Esta portanto a razão da minha presença. Quero agradecer-lhes as palavras que me foram dirigidas fazendo votos, dentro do mais profundo sentimento democrático, que este regime prossiga na sua grande missão, que é o único regime compatível com a dignidade humana, o regime democrático prossiga, nos seus trabalhos, que os seus componentes, tal qual fazem os de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, todos com o mesmo espírito procurando aperfeiçoar e conduzir o sistema democrático, na preocupação de realizarmos para o Brasil aquela felicidade, aquela paz que estamos desejando para nós e para o nosso povo. Portanto, meus agradecimentos Senhores. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Casa registra a presença do Sr. Deputado Federal João Vargas de Oliveira, a quem agradece a honrosa visita.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

MENSAGENS:

EXPEDIENTE:

MENSAGEM 40.71
Senhor Presidente:

Curitiba, 15 de outubro de 1971

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins consti.

tucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a dar fiança aos empréstimos contraidos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional da Habitação, em cumprimento a contratos celebrados, para implantação já realizada, de conjuntos populares nos municípios que especifica.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa fundamenta-se no que dispõe a Resolução n.º 3.67, de 18 de janeiro de 1967, da Diretoria do Banco Nacional da Habitação, onde está contida a exigência da fiança objetivada pelo anteprojeto de lei em questão.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraidos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e a conferir ao referido Banco os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 e, na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais, decorrentes dos empréstimos concedidos pelo BNH à COHAPAR.

§ 1.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese de a Companhia de Habitação do Paraná não efetuar, no vencimento, os pagamentos das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação e constantes do § 2.º, deste artigo.

§ 2.º — A fiança é outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em cumprimento aos contratos já celebrados com o Banco Nacional de Habitação, sob a supervisão da Secretaria de Estado e Negócios da Fazenda, para implantação, já realizada, de conjuntos residenciais populares nos municípios de Londrina, Maringá, Paranavai, Cidade Gaúcha, Nova Londrina, Jacarézinho, Ribeirão Claro, Telêmaco Borba, Clevelândia, Ponta Grossa e Curitiba.

Art. 2.º — A autorização de que trata esta lei, é fixada na importância inicial de 310.588.1477 UPC (Trezentas e dez mil, quinhentas e oitenta e oito UPC e mil quatrocentos e setenta e sete décimos milésimos de UPC), que corresponde aos valores consignados nas planilhas de retorno, corrigido monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 47.71

Curitiba, 22 de outubro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, dispondo que a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, regulará, mediante Instrução, o controle fiscal relativo a circulação de toras de qualquer espécie de madeira, objetivando, ainda, o anteprojeto, a revogação da Lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967.

A inclusa cópia autêntica do ofício n.º 958.71, de 20 de setembro próximo passado, diz da motivação, necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa me recerá apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **Haroldo Leon Peres** — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Secretaria da Fazenda regulará, mediante Instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira.

Art. 2.º — Fica revogada a lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

958.71

Curitiba, 20 de setembro de 1971

Senhor Presidente:

Vai ao seu exame a inclusa minuta de projeto de lei, objetivando a revogação da Lei n.º 5.516 de 16 de fevereiro de 1967, que proibiu a saída de toda e qualquer espécie de madeiras em toras do território do Estado.

A proposição sob exame está calcada na deliberação tomada na Reunião de Secretários de Fazenda e o Ministro da Fazenda, realizada em Brasília, no dia 15 do corrente, no sentido de que os Estados da Bahia, Mato Grosso e Paraná, suprimam a aludida proibição, por ser contrária ao disposto no inciso I do art. 160 da Constituição do Brasil de 1969.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de meu real apreço e de distinta consideração.

(a) **Lineo Emilio Krüppel** — Secretário da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor

Doutor **HAROLDO LEON PERES**

Digníssimo Governador do Estado

N/CAPITAL

Confere com o original — Em 22.10.1971

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 42-71

Curitiba, 22 de outubro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução, pelo Governo do Estado, das atividades de fiscalização e policiamento, no Território do Estado, do trânsito de plantas "cítrus" e afins, conforme recomendações do Executor do PROJETO DE COMBATE AO CANCRO CÍTRICO.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **Haroldo Leon Peres** — Governador do Estado

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Térmo de Convênio que entre si celebram, o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, para os fins que especifica.

Ao 1.º dia do mês de outubro de 1971, no salão de despachos do Palácio do Governo do Paraná, aí presentes, o Dr. **HAROLDO LEON PERES**, Governador do Estado neste ato representando o Estado do Paraná, doravante denominado Estado e o Dr. **LUÍZ FERNANDO CIRNE LIMA**, Ministro da Agricultura, neste ato representando o Ministério da Agricultura, daqui por dian-

te denominado Ministério resolveram, perante as testemunhas instrumentárias, celebrar o presente Convênio, cujos objetivos e fundamentos estão referidos nas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO DO CONVENIO

Objetiva este Convênio a execução pelo Governo do Estado do Paraná, das atividades de fiscalização e policiamento no território sob sua jurisdição, do trânsito de plantas e partes de plantas do gênero "citrus" e afins, nas zonas declaradas interditadas, principalmente ao longo dos eixos rodoviários estaduais, e federais, desde que haja convênio firmado entre o Estado e Departamento Nacional de Estrada de Rodagem — DNER, através de postos fixos e móveis localizados nas regiões interditadas na conformidade de ato formal baixado, pelo Ministério, por recomendação do Executor do

PROJETO DE COMBATE AO CANCRO CITRICO

CLAUSULA SEGUNDA — DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O presente Convênio é celebrado com fulcro na seguinte legislação: Emenda Constitucional n.º 1, de 1-10-69 Art. 13, § 3.º; Decreto Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 artigo 10; § 1.º letra "b", e § 5.º; Decretos Leis n.º 667, de 2-7-69 e 1.072, de 30-12-69 e Decreto Federal n.º 24.114, de 14-4-1934 — Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal.

CLAUSULA TERCEIRA — DA ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONVENIO

O Estado aceita executar o presente Convênio, como nele se contém, através do CORPO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO, da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública.

CLAUSULA QUARTA — DA EXECUÇÃO DO CONVENIO

As atividades a serem executadas pelo ESTADO, serão objeto de planejamento integrado, elaborado pelo EXECUTOR do Projeto de Combate ao Cancro Citrico e Comando do Corpo de Policiamento Rodoviário, visando, precipuamente:

- a) — impedir o comércio e o trânsito de plantas ou partes de plantas citricas e afins, dentro das zonas declaradas interditadas; e
- b) — impedir a saída de frutas e mudas de plantas citricas e afins ou partes dessas plantas da zona interditadas.

CLAUSULA QUINTA — DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA

O Ministério orientará tecnicamente, os integrantes do Corpo de Policiamento Rodoviário, que irão exercer as atividades de fiscalização e policiamento, segundo "currículum" adremente elaborado, de forma a capacitá-los convenientemente. A orientação técnica não exclui a supervisão constante que será exercida pelo Ministério às atividades dos agentes do ESTADO.

CLAUSULA SEXTA — DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONVENIO

Os recursos financeiros do Convênio são do MINISTÉRIO e correrão à conta do Orçamento da União, para o exercício de 1971, no montante de Cr\$ 105.000.00 (Cento e cinco mil cruzeiros), e seão aplicados segundo o Projeto de Combate ao Cancro Citrico, e serão colocados à disposição do Corpo de Policiamento Rodoviário.

CLAUSULA SETIMA — DO PRAZO

O prazo da avença é de 3 (três) meses, contados da data da última publicação no Diário Oficial das partes convenientes e só será prorrogado por imperativo legal, ou por manifestação expressa das mesmas partes.

CLAUSULA OITAVA — DA DENUNCIA

A denúncia deste Convênio poderá ocorrer a qualquer época de sua vigência, e será precedida do ato epistolar de uma das autoridades signatárias, formalizando-se 30 (trinta) dias após o recebimento da denúncia.

CLAUSULA NONA — DA RESCISÃO

A rescisão poderá ocorrer a qualquer época de vigência deste Convênio, e terá como base o inadimplemento de uma das partes convenientes.

CLAUSULA DECIMA — DO FÔRO

Fica eleito o fôro da União para dirimir toda e qualquer dúvida que venha a ser suscitada durante a execução deste Convênio.

E para constar e como prova de haverem assim pactuado, assinam o presente em 6 (seis) vias de um só teor e forma, perante as testemunhas instrumentárias, para que produza os legítimos efeitos de Direito.

Curitiba, 1.º de Outubro de 1971.

Dr. HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado do Paraná.

Luiz Fernando Cirne Lima

Ministro da Agricultura

TESTEMUNHAS:

(Assinaturas ilegíveis):

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 123-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n.º:

33/71:

Dos Senhores Deputados PAULO POLI e WILSON FORTES, o qual doa ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavaí, uma caminhoneta Rural Willys, como especifica, que convertido em Lei tomou o n.º 6.223. — **Agradeça-se.**

Convide do Senhor Dr. LORIVAL JOSÉ DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Cândido Mota, Estado de São Paulo, convidando a Presidência deste Poder, para participar da 14.ª Reunião da Família Municipalista Brasileira. — **Ao conhecimento do Senhor Presidente.**

Da Senhora YARA PEDROSO, Presidente da Federação das Bandeirantes do Brasil, Região do Paraná, comunicando que as Bandeirantes de Paranavaí, Londrina, Jacarézinho, Ponta Grossa e Curitiba, elegeram sua nova Diretoria para o biênio 1971-1972. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Do Senhor MOACYR SANTOS SILVA, Diretor da Divisão Nacional de Câncer — Superintendente da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, solicitando o empenho dos Senhores Deputados com assento nesta Casa, para que se incluam, no momento que está sendo votado o orçamento do Governo do Estado para 1972, dotações destinadas às Entidades que prestam assistência aos cancerosos neste Estado. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor JOÃO CALIXTO DE MEDEIROS, Administrador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, comunicamos haver sido eleita a "Casa da União", que dirigirá os destinos da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Do Senhor Presidente da Associação Paranaense das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento, convidando a Presidência desta Casa para assistir a instalação solene do VI Encontro das Empresas de Investimento Crédito e Financiamento, a realizar-se em nossa Capital, no próximo dia 26 do corrente, às 21,00 horas na Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

— **Ao conhecimento do Senhor Presidente.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ofício n.º 82/71.

Curitiba 5 de novembro de 1971.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei n.º 169/71, o qual, por deliberação desta Comissão, em reunião realizada no dia quatro do corrente, deverá, após ser ouvido o Plenário, ser anexado ao Projeto de Lei n.º 211/71, a fim de que a matéria neles contida receba tratamento equitativo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

(a) Wilson Brandão

OFÍCIO

Curitiba, 09 de novembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a satisfação de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar seus bons ofícios no sentido de mandar abonar as minhas faltas às sessões dos próximos dias 10, 11, 12 e 16, em virtude de aquela ocasião, estar presente ao 7.º Seminário Brasileiro do Benfam, a realizar-se em Salvador, Bahia, na qualidade de representante do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Na oportunidade, externo a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinguida consideração.

(a) — Wilson Brandão

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Octávio Xavier Rauen, ocorrido em nossa Capital, no último dia 6.

O extinto, que contava 84 anos de idade, foi um dos colonizadores da Região de Rio Negro, onde era pessoa bastante estimada em razão de seus dotes humanos. O Senhor Octávio Xavier Rauen, além de suas atividades particulares, exerceu, também, a Prefeitura Municipal de Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, realizando uma gestão profícua.

Requer, no último, que da decisão desse Plenário comunique-se à família enlutada, na cidade de Curitiba, à rua Maria Clara n.º 64.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, regimentalmente, requer a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de regozijo pela passagem, no último dia 6 do corrente, do 174.º aniversário de emancipação política do Município de Antonina.

Justifica-se plenamente o presente, considerando-se a importante contribuição de Antonina para o desenvolvimento do nosso Estado, bem como as suas origens profundamente ligadas à história do Paraná.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao povo de Antonina, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal e na do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. A repercussão e o sucesso, alcançados pela promoção social denominada "Festa da Glamour-Girl", organizada pelo jornalista DINO ALMEIDA, no último dia 5 do mês corrente, em que foi laureada a srta. VERA MARIA SCARPIN;

2. A presença, em Curitiba, de famosos nomes do jornalismo nacional, os quais, impressionados com o espetáculo que assistiram, estão transmitindo a seus leitores uma excelente imagem do Paraná, motivando, especialmente aqueles que em viagem de turismo, visitem nosso Estado, requeiro à Mesa, regimentalmente, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de regozijo ao jornalista DINO ALMEIDA, e, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência justificar as faltas dos dias 3 e 4 próximo passado.

Faltas essas motivadas por estar reestruturando Diretórios em minha Região.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, requer, após ouvido o Plenário, que a Mesa da Assembleia Legislativa, formule apelo ao Senhor Lauro Villanueva, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, no sentido de que seja efetuado o pagamento das pensões de viúvas dos servidores, que estão em atraso há vários meses.

A situação de certas dependentes do Instituto é tão drástica, que as mesmas estão pondo a venda até seus objetos de uso pessoal, numa demonstração eloquente de necessidade materiais.

Desta forma, há justiça no nosso requerimento, eis que o pagamento aliviaria em muito as condições de vida das pensionistas.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Álvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

Seja enviado ao Senhor Secretário de Segurança os Memoriais enviados por posseiros de Matelândia e de Laranjeiras do Sul.

Solicitando urgentes providências no sentido de garantir a tranquilidade turbada por Jagunços naquelas áreas.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Doutor Haroldo Leon Peres, Digníssimo Governador do Estado, o seguinte pedido de informações:

1) — Quais as razões que determinaram as recentes medidas por parte do Poder Executivo, mandando que os professores adidos à Universidade de Londrina (com tempo integral) retornassem a seus postos de origem, no curso secundário?

2) — As medidas determinadas foram de caráter geral ou abrangeram apenas os professores da Universidade de Londrina?

3) — Ao ser determinada aquela Resolução o Governo do Estado aquiloutou as dificuldades e transtornos que iriam causar ao corpo docente e discente?

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Alvaro Dias.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 263-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através do DER, à retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cêro Azul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) — Quêlso Crisóstomo. e

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a estrada que liga Tunas à sede do Município de Cêro Azul, atravessa uma região montanhosa e é por isso mesmo cheia de curvas que oferecem perigos constantes àqueles que por ela trafegam.

Com este Projeto de Lei, pretendemos a retincação do referido trecho dando assim maiores condições de segurança para àqueles que dela se utilizam.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSALIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Aproveitando o final da semana passada, estivemos percorrendo o Norte do Paraná, e, nessa oportunidade, tivemos o feliz ensejo de conhecer, pessoalmente, o Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Londrina. E considerando que o problema de assistência social tem sido um dos maiores entraves para nossa população, eis que, diariamente, ocorrem a nossa Capital elementos oriundos de todas as cidades do Norte do Paraná, a fim de procurarem socorros médicos. E para nós que tivemos a feliz oportunidade de conhecer esse Hospital, e reconhecendo que a Faculdade de Medicina de Londrina tem prestado relevantes serviços à nossa população, é que vamos apresentar um requerimento enaltecendo os homens que tudo fazem em benefício da gente humilde de nossa terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso requerimento está vasado nos seguintes termos:

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta Casa; de votos de congratulações ao professor HUMBERTO DE MORAIS NOVAIS, pelo trabalho magnífico que vem realizando na direção do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Londrina.

O ilustre professor inteiramente dedicado à sua nobre missão, está criando, pela sua sensibilidade profissional, condições altamente humanitárias, para um atendimento condigno aos indigentes no Norte do Paraná.

Ocupando o antigo Hospital Evangélico de Londrina, o hospital Universitário está passando por total reforma e ampliação, tendo o ilustre médico e professor, que é profundo conhecedor da técnica médico-hospitalar, fazendo aproveitar de maneira funcional todo o espaço ocioso existente.

Assini, com capacidade inicial de 50 leitos em pleno funcionamento, dentro em breve passará a contar com 150, o que sem dúvida alguma trará benefícios incontáveis à nossa população humilde que na sua maioria, em verdadeiro desespero acorre em nossa Capital em busca de recursos médicos hospitalares.

Iniciando suas atividades em agosto deste ano, num curto espaço de apenas 3 meses já atendeu cerca de 19.000 doentes propiciando dedicado atendimento aos doentes hospitalizados, de ambulatorios e nos casos de urgência que são atendidos pelo Pronto Socorro Municipal, anexo ao Hospital Universitário, que funciona em regime de Hospital-Escola.

Considerando essa extraordinária dedicação do Professor titular da Disciplina de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Fundação Universidade Estadual de Londrina, e de toda sua abnegada equipe, e que apresentamos o presente requerimento, na certeza de que os Senhores Deputados que sentem diariamente a gravidade do problema em suas comunas, darão o apoio indispensável para o enaltecimento sempre justo, daqueles que tudo fazem para vencer a grande batalha da luta pela sobrevivência.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário, seja dado conhecimento à Faculdade de Medicina de Londrina, anexando cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1971.

Ésta este o requerimento que apresentamos a consideração da Casa, na certeza de que este Hospital, localizado em Londrina, está prestando realmente um grande serviço à coletividade. E essa manifestação é para que aqueles médicos possam, de maneira mais encaixada, propiciar atendimento ao nosso povo e nossa gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A semana passada tivemos oportunidade de ocupar a Tribuna desta Casa para reclamar contra o descaso com que a PARANATUR tem tratado o problema de turismo em nosso Estado.

No instante em que o próprio Governo Municipal realiza um Seminário de Desenvolvimento em Curitiba, com as classes empresariais, quando um dos temas desse Concílio foi que o Governo Municipal desse maior ênfase ao turismo em Curitiba, no instante em que o Governo do Estado e o próprio Governo da União estão vivamente empenhados em promover o turismo em bases reais, a fim de que o País, o Estado e o próprio Município possam usufruir das vantagens que proporciona o turismo às finanças públicas.

No instante em que a própria indústria particular, a indústria hoteleira, as Companhias de Transportes em ônibus, em avião em todo o tipo de transporte realizam Seminários, realizam reuniões e debatem vivamente o problema do turismo procurando incentivá-lo, procurando corrigir as principais deficiências, um órgão especificamente criado para incentivar o turismo, como é a PARANATUR, cruza os braços e nababescamente joga as verbas pela janela agora, gasta-as indiscriminadamente, contrariando as perspectivas do Governo de incentivar e de amparar o turismo no Estado do Paraná.

Neste instante é que os representantes do povo com assento nesta Casa devem protestar violentamente contra este estado de coisas, contra o espírito dominante ali naquela entidade, que é a PARANATUR onde homens que não têm competência para o cargo e muito menos vivência com o problema do turismo, vêm ocupando as direções e a administração da PARANATUR.

Na semana passada não pudemos usar da palavra nem no Pequeno e nem no Grande Expediente porque havia um grande número de oradores inscritos. Hoje vimos à Tribuna para ler, a fim de que conste dos Anais da Casa, uma nota publicada na "Tribuna do Paraná", do dia 1.º de novembro, cujo

teor passamos a ler para que o povo e o Estado se apercebam do fracasso total que é a atual direção da PARANATUR no Paraná.

Diz o artigo: "A omissão é total.

Quando chegam feriadados como esses, e o paranaense em massa desce ao Litoral, é que se sente profundamente a omissão total das autoridades responsáveis pelo setor de turismo. Matinhos, Caiobá e Guaratuba, praticamente abandonados, recebem milhares de pessoas sem ter a mínima condição de conforto para oferecer aos turistas. A impressão que se tem é que se não fosse a iniciativa privada tentar improvisar alguma coisa, o nosso Litoral teria que ter seu acesso bloqueado, pois os veranistas não poderiam lá permanecer por mais de algumas horas. E isso é uma pena, principalmente agora que Santa Catarina, ligada pela nova rodovia, começa a atrair o paranaense. Mas, o sr. Ives Chevalier", — não confundir com Maurice Chevalier" — "Superintendente da PARANATUR, parece não se preocupar muito com esses problemas. Ontem, de bermudas e óculos escuros, passeava tranquilamente pela areia da praia braba de Caiobá, tirando fotografias dos banhistas, principalmente, de moças bonitas".

Por falar em moças bonitas estamos, apenas, esperando autorização da família de uma funcionária que foi injustamente demitida da PARANATUR para virmos contar a verdadeira estória de sua demissão. Por falar em moças bonitas e que, com a devida autorização, viremos aqui para mostrar o caráter do atual Diretor Superintendente da PARANATUR. — (Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao sr. Deputado Nivaldo Krüger, primeiro orador inscrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há alguns meses atrás nós propunhamos, nesta Casa, a instalação de uma Comissão de Inquérito, um velho remédio arcaico, recurso do povo através dos seus representantes, contra abusos, que tem por finalidade esclarecer fatos. E quando a oposição propõe instalação de Comissão de Inquérito, certamente nós não viemos a Tribuna propor medida de tamanha gravidade, quando os fatos não justificam tal medida. Alguns deles não foram aprovados pela maioria que dá apoio ao Governo. E pena que isto tenha acontecido, porque o Governo se esclareceria, pois tenho certeza que o Sr. Governador não há de endossar atos de violência e de improbidade.

Como homem de oposição afirmo isto com segurança, pois, há de querer o sr. Governador que o seu Governo seja um Governo sério, honesto, justo e que reflita positivamente em favor do povo paranaense.

Propusemos uma Comissão de Inquérito para averiguar ocorrências gravíssimas no Sudoeste e no Oeste do Paraná. E agora, já bem próximo, aqui em Laranjeiras do Sul, se tivéssemos obtido a Comissão de Inquérito, teríamos talvez evitado conflitos dos mais graves. Talvez a Bancada da situação tenha levado em consideração que, sendo uma proposição da oposição, seja ela o sentido político e politiqueiro. Mas, agora, quando o General, Luiz Carlos Tourinho Professor da Universidade do Paraná, ex-Presidente do IBRA, vem manifestar as suas preocupações, creio que ficou sobejamente justificada a nossa preocupação. Diz ele que se não se der uma solução urgente ao problema do posseiro no Sudoeste do Paraná, estaremos certamente propiciando um clima favorável para que se estabeleça no Paraná uma nova Canudos ou um novo Contestado. Isto me parece, Srs. Deputados, uma acusação, uma denúncia das mais graves quando feita por um sociólogo da contextura do general Luiz Carlos Tourinho.

Creio, Srs. Deputados, que o Governador do Paraná está tomando providências, não tenho conhecimento que providências sejam. Lamento que não esteja aqui o Líder do Governo e que os Deputados da situação não possam dar esta informação prontamente ao Paraná, através desta Assembléia.

Vejam a notícia que recebi hoje, srs. Deputados: mais de 10 pessoas assassinadas a tiros, em violências praticadas por jagunços acobertados às vezes até pela Polícia. Será que isto não é grave? Será que isto não tem importância? Se não tiver para os homens da situação, se não tiver importância para a ALIANÇA RENOVADORA DO PARANÁ, Partido que detém o Poder neste Estado, para nós, do MDB, é da mais séria importância, pois estão assassinando irmãos nossos que estão produzindo no Sudoeste paranaense. Ou teríamos ficado insensíveis com a posse do Poder, ou terá o Paraná ficado através da força que detém, entorpecida, e já não mais reage diante dos males dramáticos acontecimentos. Agora recordo, 1.954, quando o Governo era detido pelo Partido Social Democrático, agremiação que eu não pertencerei a ex-UDR, guardava violentamente o então Partido da situação, porque no Sudoeste do Paraná havia, Srs. Deputados, violências contra posseiros. E hoje, quando denunciarmos isto, nem sequer, há uma reação nesta Assembléia, da parte dos que detêm o Governo, para desmentir, para indicar, para dizer, que isto não é verdade, nem isto... Então, Sr. Presidente, srs. Deputados, quando recebemos de Matelândia esta denúncia escrita, por mãos numidas, tremulas, rudes, do caboclo paranaense, que mal sabe pôr o seu nome numa folha de papel, mas que sabe lançar a semente ao chão, que roça a terra e espera o tempo produzir, que traz o seu produto para a comodidade das cidades, para a comodidade dos homens do Governo, para a comodidade dos fiscais, que arrecadam cada vez mais, mas que não têm a segurança, estão perdidos no interior do Estado, a conquistar a terra e a amansar a terra, para depois de amanhã talvez, o detentor do título de posse, ir com suas máquinas fazer a lavoura comodamente.

Depois que o caboclo já foi espezinhado na sua terra, depois que ele viu o seu rancho queimado, pois estão fazendo isto no Paraná, Srs. Deputados, estão queimando a casa dos posseiros, se ele existe talvez, não seja por sua culpa, mas por inépcia dos poderes constituídos.

Quando ouço, assisto e leio, no "Estado de S. Paulo", que um órgão de Governo está gastando meio bilhão de cruzeiros antigos para a decoração e comodidade de suas salas, eu fico a me perguntar, mas que está fazendo nesta cadeira, a Assembléia Legislativa do Estado, se não se denuncia um fato deste? Vão, Srs. Deputados, fiquem como eu, durante 15 dias, andando até a cavalo pelas costas do Rio Piquiri, visitando as áreas conflitadas de posseiros, onde o caboclo, para limpar a sua roça precisa ter na mão a chumbeira carregada porque dali a pouco vão chegar homens da Polícia como aconteceu em Laranjeiras do Sul. Aqui está a assinatura tão conhecida de grande parte do povo brasileiro, o dedo da mão direita sobre a folha de papel. Realmente este brasileiro é analfabeto, perdido no Interior do Estado, mas ele é um homem com o mesmo direito de todos os homens com o mesmo direito de cada um de nós que aqui estamos, ou melhor. Ainda maior, porque nos estamos aqui mandados por este homem para defendê-lo, para coordenar a política administrativa do Estado no sentido de que tenha tranquilidade e que possa continuar produzindo para bem deste Brasil. Sim Srs. tenho ouvido uma propaganda cada vez mais intensa do Governo, gastando milhares e milhares em programas de televisão, em programas de rádio, em jornais do interior do Estado, não há jornal do interior do Estado que não tenha uma fotografia do Sr. Governador do Estado. Isto custa dinheiro, é necessário que se dê a Laranjeiras do Sul, o Município de maior criminalidade do Paraná, onde Srs. Deputados, criminosos com 5 anos de pena estão tendo suas sentenças comutadas pelo tempo, onde um Juiz de Direito, para fazer uma prisão não dispõe de elementos e se desmoraliza, para usar o termo do próprio Juiz, e ali, neste mesmo lugar, havia a Polícia para conduzir jagunços e arrancar posseiros que estão trabalhando e estão produzindo. Isto não entendo, e não posso aceitar. Ninguém pode aceitar e trago ao conhecimento desta Casa e trago ao conhecimento dos homens da Bancada do Partido do Governo para que levem ao Governador o conhecimento destes fatos,

para que ele determine uma ação enérgica que eu sei, tenho certeza que tomará no sentido de que este homem, que não tem terras, mas que quer produzir, que não tem gleba mas que realmente sonha possuí-la, não se veja na iminência de ser despojado da sua única possibilidade, que é apenas uma esperança, já que o Estado não providencia, não regulariza a situação de títulos de terras do Paraná, que dê pelo menos garantia ao homem que produz, ao pobre lavrador que ali se encontra derrubando as capoeiras no interior do Paraná, para dela arrancar o feijão que daqui a pouco vamos exportar, gordura animal que também vamos exportar e são produzidos pelo esforço deste homem perdido no interior do Estado e tão esquecido. É preciso que se levantem vozes em favor, na defesa deste homem, é preciso que se levantem vozes que aqui até agora somente serviram para requerimentos, para aplaudir Secretários, para votos de louvor a Secretários que nada mais estão fazendo que cumprindo com o seu dever pois estão ganhando para isso. É preciso que estas vozes também se levantem para defender o mais humilde brasileiro, mas que tem o mesmo direito e que está perdido no Interior do Estado. Assim, Sr. Presidente, lerei o dramático documento: "20 de setembro de 1971, Sr. Deputado Nivaldo Krüger, Líder da bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado. Os infra-assinados, moradores do distrito de Diamante do Oeste, Município de Matelândia.

Há aproximadamente um ano e meio, adquiriram por compra, a posse de terreno situado na Gleba 4, do Distrito de Diamante do Oeste, Município de Matelândia, onde realizaram diversas benfeitorias; cultura de cereais, café e hortelã. Trabalho este que mobilizou 700 pessoas. Ali realizavam o seu trabalho, quando há cerca de 4 meses foram surpreendidos com a invasão de suas terras, por jagunços, fortemente armados, que alegando serem aquelas terras de propriedade do Sr. João Conrado de Mesquita, de São Paulo.

Devastaram as plantações, queimaram as benfeitorias e produziram toda a sorte de violências, inclusive contra mulheres; ainda se pratica isto no Paraná, Senhores Deputados, violências contra mulheers. Queima de casas. Noutros tempos, isto era motivo para estardalhaço terrível da imprensa e de medidas drásticas por parte do Governo.

Neste conflito, houve até; o presente momento, o registro de aproximadamente 10 assassinatos; Srs. Deputados, além de causar intranquilidade geral. Apesar dos entendimentos com as autoridades da região, até o momento não houve solução para o problema. O fato poderá redundar em conflitos de graves proporções, consequências sociais imprevisíveis.

Isto posto, requerem a V. Exa. que, através da Assembléia Legislativa, realize demarches junto às autoridades competentes para a apresentação de soluções concretas para o assunto. No menor prazo possível, uma vez que as famílias ali residentes não têm para onde ir, e os investimentos: trabalho e dinheiro, feitos nas plantações, estão ameaçados de perderem-se".

Imaginem-se, Srs. Deputados, no lugar daquele homem que está lá com a sua família, com os seus filhos, com sua esposa, com todas suas esperanças naquele quinhãozinho de chão, no amanhã da terra; imaginem-se os Senhores que lá, neste lugar e de repente, aparecem os jagunços: — saiam daí que esta terra não pertence a vocês; ergam-se daí; e o homem, que ali se encontra, tem que por tudo nos ombros: mulher, filhos, porque o demais fica. E para ir onde?

Será, Srs. Deputados, que atingimos um grau de insensibilidade deste tamanho neste Estado, que não se pode resolver um problema desta ordem? Creio, sinceramente que isto não é do conhecimento do Senhor Governador. Nesta proporção, pois se fôra do conhecimento, e em toda a extensão, S. Exa., com certeza, já teria tomado alguma providência.

Venho reafirmar aquilo que disse o General Tourinho, há poucos dias; porque, quando um assunto desta natureza é abordado por um homem de oposição pode, no fundo, haver dúvidas quanto à sinceridade da autoria.

Acompanham assinaturas de mais de 100 pessoas que residem lá, onde

fui pessoalmente verificar. Realmente o fato existe. E agora, até em Laranjeiras do Sul, porque à medida que a Polícia deixa de dar as garantias àqueles que produzem e esquentam as costas daqueles que atuam no sentido de remover posseiros ilegalmente, sem mandado judicial, a audácia dos grileiros aumenta consideravelmente.

O abaixo-assinado, que vem em Laranjeiras do Sul — é outro apêlo, ouçam:

“Os abaixo-assinados se vêem na premente situação de solicitar providências contra “jagunços” a mando de grileiros, no lugar denominado Jacutirga, em Laranjeiras do Sul, que estão tentando invadir as posses dos suplicantes. Inclusive o elemento conhecido por Pedrinho, cuja única profissão é a de “limpador de posses”...

Ainda existem, no Paraná, “limpadores de posses”, jagunços muito bem pagos para atirar em homens que procuram conquistar um pedaço de chão para ali desenvolverem suas atividades agrícolas.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Concedo, mas quero concluir.

“...este elemento anda armado de Wirschester, cujo uso é sabidamente proibido no território nacional”.

A Polícia que ali esteve desarmou todos os posseiros naquela região. Os que aqui vieram solicitar a minha presença no local, estavam apavorados porque, desarmados, se viam na contingência de enfrentar jagunços com armas de grosso calibre.

“Os aludidos elementos andam armados, sendo que procuram retirar as armas (inclusive um revólver registrado de Fulano de Tal) mesmo dentro da propriedade”.

Acompanhava os jagunços o Fiscal de Polícia de Laranjeiras do Sul, cujo nome não consta aqui, mas consta da denúncia feita pelos posseiros no Fórum de Laranjeiras do Sul, onde se verifica que o Inspetor de Polícia, conduzindo soldados da Polícia do Paraná, não tinha ordem judicial.

Reputo da maior gravidade e faço um apêlo ao vice-líder para que leve ao conhecimento do Governador este fato para evitar que vidas de homens sejam sacrificadas em defesa da posse da terra.

O Sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nivaldo Krüger, ilustre Líder do MDB, não era intenção nossa apartear-lo. O aparte que pedi torna-se agora obsoleto, porque pela leitura que V. Exa. fez do Expediente, fiquei um tanto confuso, ao afirmar V. Exa. que o Governador possivelmente ou certamente não tem conhecimento...

O SR. NIVALDO KRÜGER — É meu convencimento.

O Sr. Leopoldo Jacomel — ... do que ocorre na região. Antes, porém, V. Exa. atacava o Governo do Estado e o Governo da União. Quero dizer, nobre Deputado, que aprendi a respeitar e admirar V. Exa. já quando V. Exa. exercia o mandato de Prefeito no Município de Guarapuava. Repito, respeitar e admirar pela sua tenacidade, pela sua decência, pela sua formação e pela sua atuação na vida pública.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

O Sr. Leopoldo Jacomel — Mas deixou-me V. Exa. um tanto confuso, quando estabelece estes dois paralelos. Quero dizer a V. Exa. que está estampado nos jornais do Paraná e São Paulo, se não me engano, no dia de hoje, o decreto de S. Exa. o Presidente da República e que desapropria áreas nos Municípios de Cândido Rondon, Toledo, Palotina e Formosa do Oeste, senão me falha a memória, onde dará títulos aos proprietários legítimos de terra, na ordem de 30 mil posseiros.

Nobre Deputado, esse é um trabalho profícuo e árduo. E desde o dia da posse do sr. Governador do Estado, em entrevista que tivemos, na primeira ocasião, foi abordado o problema da terra. E S. Exa. me disse naquela oportunidade, que já tinha solução para o problema das terras do Paraná.

Ocorre porém, nobre Deputado, que o problema é moroso e burocrático, além de transformação do INDA em INCRA, pois que todo o acervo do INDA foi transferido para o INCRA, e só depois de toda essa burocracia é que pôde o sr. Presidente da República passar esse decreto a que me referi. Isto vale dizer que os governos, federal e estadual, estão com os olhos voltados para os homens da terra, como V. Exa. também está. E digo de passagem que é justa e honesta a atuação de V. Exa., como também é justa e honesta, e deve ser sagrado, os governos fazerem o que estão fazendo. Porque o homem que sofre na terra, como diz V. Exa., deveria vir para esta Casa e os Deputados deveriam ficar no amanho da terra.

O discurso de V. Exa. é de alto gabarito, é de alto interesse à coletividade, mas acima de tudo, o problema abordado por V. Exa. está sendo atendido pelo Governo, isso que gostaríamos que ficasse bem claro. Outro disparate no discurso de V. Exa., e que não entende a razão de suas palavras, é que em Palotina, acêrca de três meses, quando houve um levante, disse V. Exa. que os mandatários que se intitulam posseiros, ou homens das companhias, teriam mandado matar os lavradores e queimar as suas roças. Mas, na hora em que fomos à Secretaria de Segurança Pública levar o problema, fomos atendidos e para lá foram destacados policiais.

De sorte que, há certas ocasiões em que a gente fica confuso com o discurso de V. Exa.

E desejo afirmar a V. Exa. que transfira ao povo de Matelândia e Laranjeiras do Sul, que nós vamos apelar ao DGTG e ao Coronel Pérsio, para que sejam tomadas as mesmas medidas que foram tomadas, quando dos problemas de Palotina.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero informar que cheguei hoje às cinco horas, do interior, não vi os jornais de hoje, não tinha conhecimento das medidas adotadas. Tomei conhecimento apenas agora. Congratulo-me com o Governo pelas medidas tomadas, se é que tomou essas medidas, que os jornais estão anunciando porque, realmente, essa distribuição ao legítimo possessor, àquele que, realmente, trabalha a terra, com indenização ao proprietário, se for o caso e ao trazer ao conhecimento da Casa esses fatos, o faço com base em documentos que tenho em mãos e quero transmitir, transferir ao Sr. Secretário de Segurança e Governador do Estado, para providências imediatas.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Domicio Scaramella).

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Parte do meu raciocínio já foi exposto ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel e não vai aí, nobre Deputado, o interesse de contraditar V. Exa.. Em grande parte, estou de pleno acôrdo com V. Exa.. Apenas algumas informações para que V. Exa. tenha a idéia no que tange a atitude governamental, quanto ao que V. Exa. especifica nesse instante. Em 1963, quando o Paraná ocupava as manchetes dos jornais de todo o País, pelas barbaridades, pelo massacre, pelas desordens que imperavam no interior do nosso Estado, no que tange aos problemas de terra, criou-se nesta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Diga-se de passagem, nobre Deputado, que foi uma das poucas Comissões de Inquérito que funcionou com rigidez e precisão, e de maneira tão rápida. Essa Comissão, criada em meados de 1963, tinha como Presidente o nobre Deputado líder da extinta U.D.N., deputado Haroldo Leon Peres. S. Exa., como Presidente daquela Comissão, fôra a Cascavel e constatara "in loco" as arbitrariedades cometidas por um famoso Delegado, que havia agredido o ex-Deputado Walter Pecoits. Aquêlê cidadão foi ouvido nesta Casa, interrogado na Comissão e jamais, nobre Deputado, assisti nesta Casa uma Comissão de Inquérito funcionar naqueles moldes, com tanta decência, com tanta rigidez, com tanta disciplina e tanta autoridade.

Isto pôsto, quero dizer que S. Exa. o Presidente da Comissão, hoje Governador do Estado, não teria mudado. As denúncias que V. Exa. faz desta

Tribuna, computo-as procedentes. Só pediria, nobre Deputado, um detalhe: V. Exa. disse aí que militares da Força Pública do Estado haviam, sem mandado judicial, invadido uma área e expulsado legítimos posseiros. Gostaria que V. Exa. nos trouxesse o nome desses militares. Quero assumir, como Vice-Líder do Governo, a responsabilidade neste momento, de pedir abertura de inquérito contra esses maus policiais, porque não podemos admitir, nobre Deputado, que nossa Polícia se disvirtue dessa forma. Não é função da Polícia do Estado invadir terras, expulsar posseiros, sem ordem judicial. Isso seria o fim, uma verdadeira brutalidade contra a qual eu também me revolto.

Uma vez documentado, uma vez provado o que V. Exa. denunciou, V. Exa. terá total e incondicional apoio deste Deputado, que o aparteia, no momento. Queira, portanto, receber a nossa solidariedade, o nosso apoio, o nosso aplauso, porque oposição, com a atitude que V. Exa. toma hoje, está realmente fazendo o verdadeiro papel que a Revolução destinou a ela. Está de parabéns V. Exa. e tem nosso total apoio, só peço, pela delicadeza do assunto, que volte a Tribuna com as devidas cautelas e, naturalmente, com a documentação adequada. Então, V. Exa. terá de nossa parte incondicional apoio para uma iniciativa que se terá, tão logo tenhamos essa documentação em mãos.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não esperava outra manifestação, que reputo seja da Bancada de V. Exa., porque V. Exa. é um dos líderes. Não esperava outra manifestação, porque conheço o nível moral dos componentes da Bancada majoritária da Casa, e nunca suspeitei que um Deputado apoiasse atitudes da ordem das que estão sendo denunciadas aqui. No entanto, esses fatos aconteceram. Inspetor de Polícia, usando soldados, não sei se são graduados, conduzindo-os até a gleba n.º 7, no Rio Borman, lá fez uma diligência, tomando armas, ameaçando posseiros e que teriam suas casas queimadas se dali não saíssem imediatamente.

Este assunto, como disse V. Exa. é dos mais graves. Espero que o Sr. Governador do Estado mande, determine uma diligência especial a Laranjeiras do Sul para que entre em contacto com o Delegado de Polícia e com o Juiz de Direito. Tive o cuidado antes de denunciar o fato, por ser de muita delicadeza, de ir até o Rio Bormann e constatar a veracidade do acontecimento.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. irá apresentar um requerimento pedindo providências?

O SR. NIVALDO KRÜGER — A minha intenção é encaminhar estes memoriais ao Líder do Governo para que gestionasse imediatamente, hoje se fosse possível, junto às autoridades para que autorizassem o trâmite do processo, a fim de evitar o atraso que a burocracia poderá ocasionar.

Ontem tivemos sessão solene e não cabia tratar de assunto desta natureza, daí porque me vali da primeira oportunidade para trazer estes fatos ao conhecimento desta Casa e do Paraná.

O Sr. Paulo Poli — Dada a delicadeza do assunto, solicito a V. Exa. que redija um requerimento pedindo que os processos sejam encaminhados a S. Exa. o Secretário de Segurança. Tão logo o requerimento seja encaminhado à Mesa e colocado em votação terá apoio total da Bancada da Maioria nesta Casa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado. Agradeço a atenção dos Srs. Deputados e esperamos não só a manifestação da liderança da Bancada do Governo nesta Casa, como esperamos, também, que o assunto seja resolvido imediatamente e que fatos desta ordem não mais se repitam no Estado do Paraná. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-69, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, passa à jurisdição da 43.a Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste. — Pareceres favoráveis de C.C.J. e C.I.P. — com SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, proíbe toda e qualquer propaganda particular, dentro das faixas de domínio das rodovias estaduais. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabaudia, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado à sede do Município de Pinhão, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 226-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que cria o Município de Rosário, com os limites que especifica. — Parecer contrário da C.C.J. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N. 226-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de "Rosário", com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Grandes Rios;

Art. 2.º — As divisas do Município de Rosário são as seguintes: a Leste pelo rio do Peixe, partindo da foz do Córrego Botucudos até a foz do Ribeirão de Limeira; ao Norte, pelo Rio da Limeira até sua nascente e deste, numa linha seca, até o afluente (galho) Norte do Ribeirão das Duas Antas, e por este, até sua foz do Rio Ivaí; a Oeste, pelo Rio Ivaí até a foz do Rio do Tigre; ao Sul, da foz do Rio do Tigre acima, até sua nascente, e desta, pela linha seca que divide o Município de Grandes Rios com o Município de Cândido de Abreu e o de Reserva;

Art. 3.º — Fica autorizada, de acordo com o art. 1.º da Lei Complementar de 9 de novembro de 1967, a realização de plebiscito na área abrangida pelas divisas acima;

Art. 4.º — O Poder Legislativo Estadual fica autorizado a tomar todas as providências para a comprovação dos requisitos necessários ao cumprimento do Art. 1.º desta Lei, na conformidade do que dispõe a Lei Complementar n.º 1 de 9 de novembro de 1967 e Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

aa) **Alencar Furtado**
Gabriel Manoel
Armando Queiroz
Ilegível
Paulo Poli
Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de Lei objetivando a criação do Município de "Rosário", com território desmembrado do Município de Grandes Rios, compreende uma população superior a 20 mil habitantes e um número de 2 mil eleitores inscritos, sendo que mais de 5 mil deverão ser transferidos para a nova comuna.

A área que comporá o novo Município apresente todas as condições necessárias para a sua viabilidade econômica e financeira, pois preenche todos os requisitos fixados pela Lei Complementar n.º 1 de 9 de novembro de 1967, possuindo renda superior ao fixado, isto é mais de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos, no último exercício. As provas dessa viabilidade e de que o novo Município preencha os requisitos legais serão obtidos por esta Assembleia Legislativa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Tribunal Regional Eleitoral e o órgão fazendário estadual. Após a tramitação do Processo Legislativo e no curso dele, a Assembleia dirigir-se-á.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei N. 226-70

1) — Tratam os autos do projeto de lei criando o Município de Rosário, com sede na localidade do mesmo nome, a ser desmembrado do Município de Grandes Rios, Paraná.

2) — O presente projeto de lei fere dispositivo constitucional, em que pese seu ilustrado signatário, na justificativa, declarar que a Assembleia Legislativa "dirigir-se-á ao Presidente da República solicitando autorização prevista no Ato Institucional para consumação legal do ato criatório...", porquanto ainda resta a infringência do direito residual de iniciativa.

3) — Tudo considerado, entendemos ser o presente projeto de lei ilegal e inconstitucional, s.m.j.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente
Acyr José — Relator
Emílio Carazzai
Cândido Martins de Oliveira
Gilberto Carvalho
Odilon Reinhardt

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares. — Pareceres favoráveis C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 19-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar definitivamente à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, a área de terreno

rural, com aproximadamente 19,46 hectares, situada no Município de São João do Triunfo, de propriedade do Estado do Paraná, cuja área já está sendo usada pela referida Faculdade, mediante convênio com o Estado, para preservar os recursos florestais ali existentes, instalar viveiros florestais e continuar a promover estudos científicos, visando o desenvolvimento natural.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1971.

a) Dep. Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

FACULDADE DE FLORESTAS

ASSUNTO: Área temporariamente cedida à Faculdades de Florestas pelo Governo do Estado do Paraná.

Em março de 1969, o Governo do Estado cedeu uma área à Faculdade de Florestas da Universidade Federal do Paraná (térmo de entrega anexo), visando a preservação da floresta nativa existente na referida área, de modo a permitir a produção de sementes selecionadas de *Araucária angustifolia*, *Ocotea porosa* (imbuia) e outras espécies.

A área encontra-se localizada no município de São João do Triunfo, distrito de Vila Palmira, a uma distância de aproximadamente 15 quilômetros da sede do município.

Logo após o recebimento do imóvel, a Faculdade de Florestas passou a promover a seleção de indivíduos (árvores) portadores das propriedades necessárias à produção de sementes. As sementes coletadas deverão contribuir para garantir a perpetuação das espécies estudadas, bem como permitirão pesquisas genéticas objetivando o seu melhoramento.

Para garantir o sucesso desta tarefa, a Faculdade de Florestas designou um funcionário para tomar conta da área. Como inexistia qualquer benfeitoria promoveu-se a construção de uma casa de madeira, canalização de água, poço com revestimento de tijolos, reparos em cercas, etc.

Afora a tarefa de selecionar árvores produtoras de sementes, outros trabalhos foram iniciados, entre os quais merecem destaque os seguintes:

- a) Inventário Florestal.
- b) Levantamento dendrológico.
- c) Marcação e medição de árvores "plus".
- d) Experiência com mudas de *Araucária angustifolia* e com mudas provenientes de sementes polinizadas com pólen da Austrália.
- e) Experiências com mudas e sementes de *Ocotea porosa* (imbuia) e *Cedrella fissilia* (cedro) de diversas procedências.
- f) Plantio de *Populus nigra*, com o objetivo de demonstrar a técnica de plantio desta essência, que é totalmente desconhecida.
- g) Plantio de essências exóticas ou estrangeiras como o *Liriodendrum*, *Quercus*, *Quercus super*, *Populus* e *Eucalyptus*.
- h) Plantio de espécies nativas como a tipuana, pêssego, cravo, canela preta e imbuia.

Algumas destas tarefas somente permitirão resultados e conclusões a longo prazo. Neste interim será necessária uma assistência técnica intensiva, bem como uma série de inversões em termos de equipamento e material indispensáveis ao adequado desenvolvimento das pesquisas.

Em face do potencial que a área apresenta para o desenvolvimento de pesquisas, das condições que atualmente existem e particularmente, em função daquilo que foi iniciado, é aspiração da Faculdade de Florestas atribuir ao imóvel a condição de "Estação de Pesquisas Florestais", passando a integrar definitivamente o patrimônio da Universidade Federal do Paraná.

A simples posse, a título precário conforme estabelece o "Térmo de Entrega" (anexo), limita sensivelmente as iniciativas da Faculdade em relação a área.

Com a posse definitiva, poder-se-ia incluir em orçamento recursos destinados à promover maior número de pesquisas, bem como acelerar o ritmo dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos, além de favorecer a contratação de operários rurais e permitir a melhoria das condições infraestruturais da área.

a) Dep. Igo Losso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 19-71

Autor: Igo Losso

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a fazer doação.

P A R E C E R

1) — O Projeto de Lei em exame pretende autorizar o Poder Executivo a doar definitivamente à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, uma área de terras medindo 1946 hectares, situada no Município de São João do Triunfo, da qual é senhor e possuidor o Estado do Paraná.

2) — Em anexo, o nobre autor do Projeto trouxe ampla justificativa ao pretendido, à qual nos reportamos por brevidade.

3) — Nada a opor ao Projeto de Lei em exame. Pela sua tramitação e aprovação. É o parecer S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido M. de Oliveira

Sebastião R. Júnior

Gilberto Carvalho

Armado Queiroz

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER ao Projeto de Lei n. 19-71.

I — De autoria do Deputado Igo Iwant Losso, o plano de lei em exame visa autorizar o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 1946 hectares, situada no Município de São João do Triunfo e de propriedade do Estado.

II — Anexado ao Projeto, justificativa que nos convence da necessidade da medida pleiteada, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões em 3 de setembro de 1971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

Santos Lima

Sebastião R. Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 105-71, de autoria do Dep. Agui-
naldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio
Municipal de Arapoti. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. —
com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 105.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio
Municipal de Arapoti em atenção a interesses da Educação naquele Muni-
cípio.

Art. 2.o — A referida iniciativa entrará em vigor quando do exercício do período escolar de 1972.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

a) Dep. Aguinaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino supra citado, fundado em 1966, embora os marcantes serviços prestados à mocidade estudiosa de Arapoti, ressesse das condições ideais de funcionamento, à altura de sua alta missão e a distribuir convincente cobertura dos reclamos gerais. A sua estadualização alcança, por tal feito, a meta de suas crianças carentes de assistência escolar, permanente e eficiente. É a medida pleiteada, pois, da maior valia para os interesses do Município nesse campo de atividades humanas, pelo que o signatário confia no espírito de justiça das autoridades responsáveis pela meritória solução do delicado problema.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.o 105.71

AUTOR: — Dep. Aguinaldo Pereira Lima

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a incorporar ao Sistema Estadual de Ensino o Ginásio Municipal de Arapoti.

PARECER

1) — O Projeto ora em exame foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Entendemos, por tratar-se de mera autorização legislativa, que a referida Proposição não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa do Autor.

3) — Assim sendo, somos pela sua aprovação, desde que adotado o substitutivo anexo, o qual visa corrigir problemas de ordem técnico-legislativa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Igo Losso — Ayr José — Cândido Martins de Oliveira, vencido —

Muggiati Filho — Borsari Netto — Odilon Reinhardt — Sebastião

R. Júnior

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.o 105.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, ao Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal de Arapoti.

Art. 2.o — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Cândido Martins de Oliveira, vencido — Igo Losso — Sebastião R. Júnior — Bor. sari Netto

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

1) — A iniciativa supra referida foi examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu Substitutivo Geral, e parecer favorável.

2) — Objetiva o Projeto incorporar ao Sistema Estadual de Ensino o Ginásio Municipal de Arapoti, para dar-lhe condições ideais de funcionamento, o qual virá, inegavelmente, trazer às crianças da cidade de Arapoti, melhores condições de estudo.

3) — Em face de tais considerações, somos pela aprovação da medida proposta, adotando, integralmente, o Substitutivo Geral já mencionado. É o parecer.

Sala das Comissões, em ... de setembro de 1971.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Acyr José — Relator
Alvaro Dias

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

A presente propositura já devidamente articulada, nos convence pela justificativa do autor e Parecer da Douta Comissão de Instrução Pública.

Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão opinar, não encontramos nenhum impedimento financeiro, pois trata-se de mera autorização.

Parecer favorável, de acordo com substitutivo Geral.
Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Santos Lima — Fuad Nacli — Mauricio Fruet

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 121.71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública, a "Ação Social Assembléia de Deus", com sede em Barracão — Parecer favorável da C.C.J. — com Substitutivo. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.o 121.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art 1.o — Fica o Poder autorizado a declarar de Utilidade Pública a Ação Social Assembléia de Deus, com sede em Barracão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1971.

(a) Deputado Ivo Thomazoni

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 121.71

AUTOR: — Dep. Ivo Thomazoni

SÚMULA: — “Declara de Utilidade Pública a Ação Social Assembléia de Deus, com sede em Barracão”.

PARECER

1.) — A Proposição em questão foi elaborada na conformidade do que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) — A Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos legais, vistos que está em funcionamento há mais de dois anos; tem seus estatutos registrados no Cartório das Pessoas Jurídicas; presta, realmente, serviços à coletividade de maneira desinteressada; e, seus dirigentes não percebem qualquer tipo de remuneração.

3.) — O Projeto em questão, por outro lado, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade não merece qualquer reparo.

4.) — Nestas condições, somos pela sua aprovação, observado, porém, o substitutivo anexo, o qual apresentamos para atender a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Acyr José — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Odilon Reinhardt — Armando Queiroz — Muggiati Filho

PROJETO DE LEI N.º 121.71

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Assembléia de Deus, com sede e fóro na cidade de Barracão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Odilon Reinhardt — Acyr José — Gilberto Carvalho — Muggiati Filho — Igo Losso

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Xavier Rauen. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao jornalista Dino Almeida, pelo sucesso alcançado pela promoção social denominada “Festa da Glamour-Girl”. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, no último dia 6 do corrente, do 174.º aniversário de emancipação política do Município de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao professor Humberto de Moraes Novais pelo trabalho magnífico que vem realizando na direção do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja formulado apelo ao Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, no sentido de que seja efetuado o pagamento das pensões em viúvas dos servidores. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado. **Em discussão.**

O SR. PAULO POLI — O Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã.

Ofício do Sr. Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando, a título de faltas às sessões dos dias 10, 11, 12 e 16, em virtude de, naquela ocasião, estar presente ao 7.º Seminário Brasileiro de Benfama. Ao Sr. Primeiro Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando urgentes providências no sentido de garantir a tranquilidade dos posseiros de Matelândia e Laranjeiras do Sul e solicita ainda, que memorial seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato constante do Expediente, solicitando abono de suas faltas nos dias 3 e 4 próximo passado. Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Ofício de autoria do Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhando Projeto de Lei n.º 169-71, o qual, por deliberação da Comissão, em reunião realizada no dia 4 do corrente, deverá após ser ouvido o Plenário, ser anexado ao Projeto de Lei n.º 211-71, a fim de que a matéria, contida receba tratamento equitativo. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à Hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei N.º 17-71;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 19-71, 105-71, 121-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 102-69, 227-70, 26-71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 488-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.284, de 03 de novembro de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Almir Monteiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 22 de novembro de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1971.

(a) Derizon Salgado Bueno — Diretor Geral

PORTARIA N.º 439-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.943, de 19 de outubro de 1971, dêste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Esverben Guimarães Plaisant, Jonas Zampier e Orlando Mõro, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Avaliação de Veículos, que atribuirá valor mínimo aos veículos desta Assembléia, destinados a permuta.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de Novembro de 1971.

(a) Derizon Salgado Bueno — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e um dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e um, às dez e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sob a presidência do Deputado Fabiano Braga Côrtes e a presença dos Deputados Borsari Netto, Basílio Zanusso, Nivaldo Krüger — Jorge Sato, Fuad Nacli e Paulo Poli. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos determinando que fôsse lida a ata da última reunião, a qual foi aprovada. Fazendo uso da palavra, o Deputado Nivaldo Krüger disse que na qualidade de líder da minoria desta Casa, deseja deixar registrada a concordância de sua bancada em dar ao Governo um orçamento tal qual foi solicitado, frisando no entanto, que pela primeira vez na história do Paraná, o Legislativo abdicou de seu direito de emendar a proposta orçamentária. Em vista disso, deseja e espera que o governo execute a integral, correspondendo assim, à confiança que lhe foi emprestada por este Poder. Continuando, ressaltou o Deputado Nivaldo Krüger a necessidade de que o Senhor Governador cumpra seus compromissos com esta Assembléia, quer na liberação de verbas, quer no término das obras do Plenário, pois dos dois milhões de cruzeiros consignados no orçamento anterior — nada foi pago. Saliencia também, a necessidade de que esta Casa envie todos os seus esforços no sentido de concluir a construção do Plenário, possibilitando com isto, reais condições de trabalho a todos os Senhores Deputados. Registra outrossim, a crítica da oposição no que se refere à distribuição de recursos as diversas Secretarias de Estado, citando como exemplo a Secretaria da Agricultura que conta com dotações insignificantes para fazer frente a seus inúmeros compromissos. Pedindo a palavra pela ordem, o Deputado Fuad Nacli externa sua satisfação em ouvir os comentários tecidos pelo líder da minoria, acrescentando que aceitou a imposição que foi feita de não emendar o orçamento em atenção ao líder do Governo e à decisão da maioria, mas mesmo assim, deseja externar o seu protesto de não emendar o Orçamento Plurianual de Investimentos, com obras de real importância que estão sendo reclamadas pelos vários municípios que representa. Acredita todavia, que o Senhor Governador dê fiel cumprimento à política orçamentária, reportando ao Paraná e seu povo, a concretização de suas justas reivindicações. Prosseguindo, o Deputado Fuad Nacli fala nas dificuldades enfrentadas por inúmeros parlamentares que não dispõem sequer de um gabinete de trabalho ou telefone, atendendo as pessoas que os procuram — nos corredores da Casa. Diz que a Comissão Executiva dispõe de uma verba que poderia perfeitamente ser empregada na conclusão das obras do Plenário, pois só assim, todos os parlamentares poderão trabalhar e prestar eficiente atendimento às partes. Pedida a palavra pela ordem, o Deputado Paulo Poli advoga também o término do Plenário com a maior urgência possível. Dirigindo-se ao Deputado Nivaldo Krüger, informa que em conversa mantida

com o Senhor Governador, ficou decidido que a emenda de sua autoria referente ao Poder Judiciário, ficaria sob a paternidade do Deputado João Mansur, líder do Governo nesta Casa. O Deputado Nivaldo Krüger indaga se no caso de ser verificada alguma falha técnica no decorrer da apreciação da matéria, poderá ser apresentada emenda corretiva. O Senhor Presidente responde que se isto acontecer, o assunto deverá ser encaminhado ao nobre líder do Governo, que providenciará a reparação da falha. Continuando com a palavra, o Deputado Nivaldo Krüger formula a seguinte Proposição: "... que a Comissão de Orçamento reúna-se mensalmente, para acompanhar a execução do orçamento e a aplicação das verbas, funcionando assim, em caráter permanente". O Deputado Fuad Nacli endossa a Proposição, sugerindo além disso que seja solicitado à Secretaria da Fazenda o Balancete mensal, para que possa ser apreciado. O Deputado Paulo Poli diz que como vice-líder do Governo acha muito oportuna a Proposição apresentada pelo nobre líder da minoria, votando favoravelmente à mesma, já que vem de encontro ao que se propõe o governo da revolução. Posta em votação a Proposição foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, da qual eu, na qualidade de Secretária da Comissão de Orçamento lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1971.

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Elcy Silva Batista — Secretária